CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Processo n. 195/2025

Projeto de Resolução n. 3/2025

Autor: Mesa Diretora

Assunto: Dispõe sobre a concessão de passagens aéreas e hospedagens, bem como

estabelece os respectivos procedimentos de instrução processual e de prestação de contas

I – Breve Relatório

A Mesa Diretora encaminha o presente projeto de resolução, cujo desiderato é

regulamentar procedimentos no tocante ao custeio, às expensas da Câmara Municipal, de

passagens aéreas e hospedagem aos servidores e aos vereadores, quando estes tiverem que

se deslocar para representar interesse institucional deste órgão legislativo.

A fim de justificar a sua proposição, a Mesa Diretora argumenta, notadamente,

que tais deslocamentos são necessários a fim de que os vereadores consigam aportes

financeiros junto aos parlamentares federais e estaduais, bem como junto aos Governos,

regional e federal, para suprir as demandas locais.

É extremamente sintético o relatório.

II - Parecer

O Regime Interno prevê genericamente que o projeto de resolução se presta

para regulamentar atos de economia interna. Exatamente o almejado:

Art. 151. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa, versando sobre

assuntos administrativos, a Mesa ou os vereadores.

Parágrafo único. Constitui matéria de projeto de resolução:

1/4

<u>CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE</u>



ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

(...)

i) demais atos da economia interna da Câmara.

Demais disso, insta salientar que, consoante está previsto no Regimento, o projeto de resolução pode ser utilizado como veículo adequado de norma que tenha como escopo regulamentar assunto de economia interna, pois trata-se de meio regular de exercício da função legislativa:

Art. 143. A Câmara exerce sua função legislativa por meio de:

I – propostas de emenda à Lei Orgânica do Município;

II – projetos de lei;

III – projetos de decreto legislativo;

IV - projetos de resolução.

Art. 151. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa, versando sobre assuntos administrativos, a Mesa ou os vereadores.

Parágrafo único. Constitui matéria de projeto de resolução:

- a) cassação ou perda de mandato de vereador;
- b) destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros;
- c) fixação do subsídio dos vereadores;
- d) elaboração e reforma do Regimento Interno;
- e) concessão de licença ao vereador;
- g) constituição de Comissões Especiais;
- h) a criação, a alteração ou a extinção de cargos do quadro de servidores da Câmara, bem como a disposição da organização dos serviços administrativos;

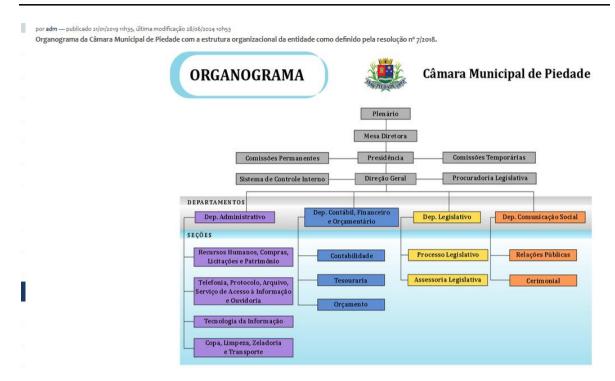
i) demais atos da economia interna da Câmara.

Superadas tais questões, recomendamos, somente, que sejam corrigidas as menções à Secretaria Administrativa contidas no § 2°, do art. 5°; e no art. 3°. Uma vez que tal órgão inexiste na estrutura administrativa da Câmara Municipal. Acreditamos que o correto seria mencionar Direção Geral:





Procuradoria Jurídica



III - Conclusão

Corrigidos os erros mencionados, somos pela regular tramitação do projeto de resolução.

É o parecer.

<u>CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE</u> <u>ESTADO DE SÃO PAULO</u>



Procuradoria Jurídica

PROCEDIMENTO REGIMENTAL

| AUTORIA DO PROJETO | Executivo | |
|------------------------------|--|---|
| | Legislativo | X |
| | Popular | |
| REGIME DE TRAMITAÇÃO | Urgência | |
| | Prioridade | |
| | Ordinário | X |
| | Regime especial: | |
| COMISSÕES A SEREM OUVIDAS | Justiça e Redação | X |
| | Finanças e Orçamento | X |
| | Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Turismo e Esporte | |
| | Obras e Serviços Públicos, Transporte e Segurança Pública | |
| | Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente | |
| QUORUM DE DELIBERAÇÃO | Maioria simples | X |
| | Maioria absoluta | |
| | 2/3 (dois terços) | |
| DISCUSSÃO E VOTAÇÃO | Única | X |
| | Dois turnos | |